

POLÍTICA ECONÔMICA*Economia Brasil*

Cardoso rejeita prefixação de preço e salário

José Paulo Lacerda/AE — 18/2/93

*Ministro não vê condições sociopolíticas para se chegar a um amplo acordo nacional***RITA TAVARES**

SALVADOR — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, descartou a possibilidade de o governo adotar a prefixação de preços e salários como solução para o atual impasse na definição da política salarial. "Não quero entrar numa canoa que vai atolar", disse o ministro, que não vê condições sociopolíticas no País para um grande acordo. Apesar de admitir a possibilidade de transferir para Senado a decisão sobre a promulgação da nova política, Cardoso disse ser contra a idéia. "Acho que o presidente tem de assumir suas responsabilidades." Ele tem certeza de que a correção de 100% será vetada.

"Essa é a posição do governo",

disse. Na reunião do Ministério, segunda-feira, que terá a participação das centrais sindicais e de empresários, Cardoso não levará nenhuma proposta. Se dependesse dele, o governo voltaria a debater o projeto aprovado pelo Senado, que prevê correção mensal de 60% da inflação. "É a solução mais ao alcance da mão", afirmou, embora considere também esse projeto "um pouco acima da realidade".

MP ou projeto — Apesar de elogiar experiências de negociação das câmaras setoriais, o ministro disse que faltam condições para uma política ampla de prefixação, que englobaria, além dos salários, preços, juros e câmbio. "O Brasil não é nem Espanha nem México", comparou.

Aqui, segundo ele, não há lideranças sindicais e empresariais que representem todos os setores. Faltam estruturas — inclusive do governo — para a adoção de uma política de prefixação. "Isso implicaria um choque", disse o ministro, que negou essa alternativa. "É inviável".

A decisão de convidar sindicalistas e empresários para a reunião é consequência de um encontro de Cardoso com o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP), que esteve, acompanhado de um grupo de sindicalistas, no Ministério da Fazenda na noite de quarta-feira. Eles anunciaram estar dispostos a negociar uma nova política salarial. Cardoso transmitiu o recado ao presidente Itamar, que convidou os presidentes das centrais. O mi-

nistro explicou que o governo quer negociar, porque pretende editar uma medida provisória ou remeter um projeto de lei ao Congresso sobre salários. "Não se pode deixar os trabalhadores sem que eles tenham uma noção de como é a política", disse.

Política de renda — O ministro do Trabalho, Walter Barelly, afirmou ontem que não falou em prefixação, e lembrou que sua posição sobre a questão tem sido clara. "Desde meu depoimento no Senado, venho defendendo uma política de rendas", disse, confirmando informação divulgada pelo Estado no final do mês passado. Barelly aposta na possibilidade de negociação com empresários e sindicalistas na reunião ministerial de segunda.

**Sem liderança**

Para Cardoso, faltam líderes que representem todos os setores: "O Brasil não é nem México nem Espanha"